

**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA DEZASSETTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----**

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a décima quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pela sua Presidente, Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, coadjuvada pelo Primeiro Secretário da Mesa, José Carlos Correia Gonçalves e pelo Segundo Secretário da Mesa, Gilberto Marinho Monteiro Taveira. Aberta a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- José Luís Pereira Mota; -----
- Dina Lúcia Borges Pereira; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- Sérgio Manuel Pereira Freitas; -----
- José Adelino Correia Gonçalves; -----
- João Manuel Alves Borges; -----
- Luís Carlos Taveira Baptista; -----
- Rui Paulo Gonçalves Alves; -----
- Manuel António Paulos Marques; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Luís António Ribeiro Almeida; -----
- Fernando Carvalho da Silva; -----
- António Manuel dos Santos Morgado; -----
- José Manuel de Carvalho Marques; -----
- Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão; -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Francisco António Pinto Alves; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Amélia de Jesus Monteiro Pinto, em substituição de Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- Cilina Ledo Vilela; -----
- José Carlos Correia Gonçalves; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Ana Cristina Fernandes Rente; -----

- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António Augusto Marques Ferreira de Araújo, Mário Augusto dos Santos Varela e Maria Natália Sousa Pinheiro Amarante. -----

Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

----- Um ponto um: Apresentação de moções, votos de louvor, recomendações, votos de pesar, entre outros: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo o Deputado José Adelino Gonçalves, solicitado a sua inscrição. De seguida, tomou a palavra, colocando à consideração dos presentes que as moções que iria apresentar não fossem apenas em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista, mas sim, em nome de todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual foi aceite, e que se transcreve, por ter sido entregue à Mesa: *“Novo Voto de louvor e Reconhecimento de mérito desportivo à Academia Sénior de Sabrosa por vencer pelo 2.º ano consecutivo o Torneio de Boccia Sénior INATEL.* -----

*Os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa vêm, novamente, reconhecer publicamente, o êxito desportivo da Academia Sénior de Sabrosa, por ter alcançado o 1.º lugar na classificação geral por concelhos, do Torneio de Boccia Sénior INATEL 2024, sagrando-se os grandes vencedores da edição deste ano, e pelo segundo ano consecutivo.* -----

*Numa competição onde participaram vários concelhos da região, com um total de 32 equipas e a realização de seis provas distintas, os nossos atletas mostraram mais uma vez as suas qualidades e superaram-se de forma extraordinária, sendo um motivo de grande orgulho para todos nós.* -----

*Destaca-se ainda o feito do atleta da Academia, Fernando Damião, que alcançou o 8.º lugar no 1º Campeonato Nacional Individual de Boccia Sénior, afirmando-se como o melhor jogador da região neste campeonato.* -----

*Esta assembleia congratula assim a Academia Sénior de Sabrosa e os atletas vencedores por estes feitos, deixando votos de continuação de muitos sucessos na prática desta modalidade desportiva”. -----*

Colocada à votação a proposta de moção em nome de todos os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa, obteve o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade. -----

Continuou, o Deputado José Adelino Gonçalves, apresentando a seguinte moção e que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: *“Novo Voto de louvor e Reconhecimento de mérito desportivo ao atleta Luís Pereira.* -----

*Os membros eleitos da Assembleia Municipal de Sabrosa vêm reconhecer, mais uma vez, publicamente o êxito desportivo ao atleta Luís Pereira, nosso munícipe, residente na aldeia e freguesia de Paços e atleta da equipa Linces do Marão, por ter conquistado esta época o 1º lugar no "Circuito Nacional ATRP Trail – escalão M45!", e no "Circuito ATRP Ultra Trail", e ter-se consagrado Vice-campeão Nacional na classificação Geral do Circuito Nacional ATRP Trail. ---- Esta assembleia congratula assim este atleta por mais estes feitos, que fazem dele uma referência cada vez mais notória ao nível nacional na modalidade desportiva que pratica, e que são fatores de orgulho para o concelho de Sabrosa, deixando votos de continuação de muitos sucessos". -----*

Colocada à votação a proposta de moção em nome de todos os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa, obteve o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade. -----

---- Um ponto dois: Intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia sobre assuntos específicos da sua freguesia: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"No seguimento da minha intervenção na assembleia de 30 de setembro de 2024, relativa à grave crise que os viticultores durienses vivenciam, venho relembrar a todos aqui presentes que no próximo sábado, dia 21 dezembro 2024, se vão realizar as eleições para a Casa do Douro, eleição essa que vai eleger a direção e o conselho regional de viticultores. Apelo a todos os viticultores para que se desloquem às mesas de voto das vossas freguesias e votem, para que se comecem a dar passos no sentido da recuperação da lavoura duriense. -----*

*Aproveito para perguntar à sra. Presidente, sobre a continuidade da dependência da Caixa Geral de Depósitos em Sabrosa, uma vez que li que teve uma reunião a 24 de setembro de 2024, com o Sr. Secretário de Estado das Finanças. Tanto mais, que o espaço onde se encontra a dependência bancária está a sofrer obras de requalificação. -----*

*Por último, quero parabenizar o município, na pessoa da Sra. Presidente, pela iluminação de natal, que juntamente com outras instituições, associações e particulares, embelezam a nossa sede de concelho nesta época festiva". -----*

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa que, após cumprimentar os presentes, e, em resposta à questão do Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa relativa à Caixa Geral de Depósitos de Sabrosa, disse que, efetivamente, houve uma deslocação de cinco Presidentes de Câmara Municipal da CIM Douro, a Lisboa, para uma reunião que estava marcada com o Secretário de Estado das Finanças e que a mesma não se veio a concretizar, tendo sido, contudo, recebidos pelo seu Chefe de Gabinete, o qual não deu qualquer tipo de resposta. -----

Continuou dizendo que, mais tarde, o Secretário de Estado das Finanças deslocou-se a uma reunião da CIM Douro, onde apenas recolheu os depoimentos dos vários Presidente de Câmara Municipal presentes e com o mesmo problema, ficando de dar uma resposta, que, disse, até hoje não ter chegado. No entanto, são visíveis as obras que a dependência da Caixa Geral de Depósitos de Sabrosa está a sofrer, pelo que se aguarda por um desfecho positivo para esta situação. -----

----- Um ponto três: Assuntos de interesse geral para o concelho: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, destinado às intervenções de interesse geral para o concelho, tendo os Deputados João Borges, António Morgado, Suzanne Peixoto, José Adelino Gonçalves e José Marques, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado João Borges, que, após cumprimentar os presentes apresentou a seguinte intervenção: "*Senhora Presidente,* -----

*Ao entrarmos no derradeiro ano do seu mandato, importa recordar que este começou com uma promessa ambiciosa feita aos Sabrosenses: "abraçar o futuro". Contudo, passados três anos, é com uma mistura de mágoa e profunda tristeza que constato a realidade — foram três anos de marasmo, de inércia e de oportunidades perdidas. -----*

*O seu programa eleitoral apresentou um conjunto alargado de promessas que alimentaram legítimas esperanças nos cidadãos. No entanto, a realidade dos factos é clara: prometeu muito, mas cumpriu muito pouco. Não será agora, em apenas oito meses, que conseguirá concretizar o que ignorou ao longo de três anos. Permita-me, pois, relembrar alguns dos compromissos que continuam por cumprir: -----*

*1. Coesão Social -----*

*• Onde está o Gabinete de Apoio à Habitação, tão necessário para apoiar famílias e jovens no acesso a uma casa condigna? -----*

*• Onde estão as isenções de taxas de construção para os jovens que desejam fixar-se no concelho e construir aqui o seu futuro? -----*

*• O que aconteceu à prometida Carta Social Municipal? -----*

*• Quantos lotes a custos controlados foram, afinal, disponibilizados até ao momento? -----*

*2. Turismo -----*

*• Que medidas concretas foram implementadas para a reabertura do hotel de Sabrosa, uma infraestrutura vital para a dinamização da economia local? -----*

*• Onde estão os prometidos miradouros panorâmicos, que poderiam potenciar a beleza natural da região? -----*

*• O Museu do Volfrâmio de Vale das Gatas, o Museu da Filoxera e o Museu do Vinho e da Vinha em Provesende permanecem no papel. Quando passarão a ser uma realidade? -----*

*• E as praias fluviais e zonas de lazer anunciadas? Onde estão os espaços que poderiam melhorar a qualidade de vida e atrair visitantes? -----*

### 3. Valorização do Património e Regeneração Urbana -----

- A escola de Paradela de Guiães já foi recuperada, como prometido? -----
- Qual é o ponto de situação do edifício do Grémio? -----
- E a estrada de acesso a São Domingos? Continua, ainda hoje, sem a merecida pavimentação? -----

### 4. Comércio, Indústria e Promoção do Emprego -----

- Em que estado se encontra a Zona Industrial de São Martinho de Anta e a tão anunciada aposta na vertente ambiental? -----
- Quando será finalmente realizada a Feira Anual do Empreendedorismo, um evento que poderia inspirar e apoiar a criação de novas empresas? -----
- Quantas empresas foram efetivamente apoiadas para a internacionalização e para o crescimento sustentável? -----

### 5. Água e Saneamento Básico -----

- Prometeu, no início do seu mandato, que a comparticipação do Município no tarifário da água estaria nos 30%. Esta meta será, de facto, alcançada? -----
- Os lugares de Feitais e Vilarinho de Parada continuam sem acesso a saneamento básico? -----

### 6. Ambiente e Agricultura Sustentável -----

- Que apoios concretos foram dados ao setor agropecuário, um pilar essencial da economia local? -----
- Quando será construído o prometido aterro para resíduos de construção e demolição, que contribuiria para uma gestão mais sustentável do território? -----

### 7. Segurança e Proteção Civil -----

- Onde está o tão necessário novo quartel da GNR? -----
- Os Bombeiros de Provesende terão, afinal, direito a novas instalações? -----
- Relativamente aos pontos de recolha e armazenamento de água para os bombeiros, existe apenas um — em Roalde — que, segundo informações, se encontra inativo há meses devido a mau manuseamento. Esta situação não é, de todo, admissível. -----

### 8. Inovação Tecnológica e Transição Digital -----

- Em que freguesias estão instaladas as prometidas redes de wireless gratuitas? -----
- Já foi garantida a cobertura de fibra ótica em todo o concelho, permitindo que todos os Sabrosenses possam usufruir de uma ligação de qualidade? -----
- Que ações foram implementadas para promover a literacia digital, capacitando os cidadãos para enfrentar os desafios do mundo moderno? -----

Senhora Presidente, estes pontos representam apenas uma parte das promessas feitas no seu programa eleitoral. É inegável que a discrepância entre as suas palavras e as suas ações é profunda e preocupante. -----

O que falhou? Faltou estratégia, faltou visão, faltou ambição. Em vez de uma política orientada para o futuro, assistimos a uma gestão imediatista e superficial, focada no dia a dia e limitada a



*organizar eventos e festas, sem que exista qualquer rumo definido para o desenvolvimento do concelho. -----*

*A senhora Presidente escolheu a politiquice em detrimento da política com "P" maiúsculo. Optou por governar para dentro, privilegiando interesses pontuais e decisões avulsas, em vez de unir a sociedade num propósito comum e construir pontes sólidas para o futuro. -----*

*Na cerimónia do 25 de Abril de 2023, a senhora Presidente da Assembleia Municipal recordou-nos o legado deixado por cada um dos Presidentes de Câmara que a antecederam. Contudo, temo que, se alguém daqui a alguns anos fizer o mesmo exercício, o seu legado se resuma apenas a festas e merendas — um legado efêmero e vazio, que em nada dignifica a história deste concelho. -----*

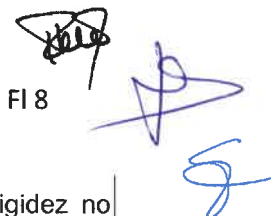
*Sabrosa merece mais. Sabrosa merece uma liderança que saiba planejar, executar e inspirar. Uma liderança capaz de construir um futuro próspero, coeso e sustentável, que beneficie as gerações presentes e futuras". -----*

Em resposta, a Presidente da Câmara Municipal disse que esta é uma avaliação pessoal do Deputado João Borges e que a ação deste executivo municipal fala por si. Tendo apontando algumas situações, a título de exemplo, que ao contrário do afirmado pelo Deputado João Borges, estão em andamento e até concluídas, como sejam a isenção das taxas aos jovens, cujo regulamento de taxas e emolumentos da Câmara Municipal está a ser revisto; relativamente à Carta Social, esta está aprovada e em vigor; quanto ao hotel, este é privado, pelo que não têm qualquer ação sobre o que não está, e deveria estar, a ser feito, por parte do proprietário; sobre os Miradouros, informou que foi submetida uma candidatura que contempla vários miradouros na via panorâmica da estrada de Pinhão a Donelo; Quanto ao Museu do Volfrâmio, disse que já foram concluídos dois trabalhos, sendo que um deles foi feito em articulação com a UTAD, relativo ao levantamento do património imaterial, nomeadamente o registo de testemunhos de antigos mineiros e o segundo, foi o levantamento de toda a documentação referente às minas. Sobre o imóvel, propriedade da Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, houve várias questões que foram difíceis de ultrapassar, pelo que agora, disse, estar em condições de formalizar a questão do comodato e trabalhar num projeto para o futuro Museu ou Centro Interpretativo das Minas de Volfrâmio. Quanto ao Museu da Filoxera, este não tem avançado como seria esperado devido a alguns impedimentos, no entanto, afirmou não estar parado; e relativamente ao doce tradicional, poderá ser adotado, por exemplo o bolo borrachão, mas neste momento, não é uma prioridade; relativamente à Escola de Paradela de Guiães, disse ter sido objeto de uma candidatura ao Turismo de Portugal para a ser convertida num centro de criação artística associado ao Espaço Miguel Torga, tendo para isso sido feita a adesão à "Rota de Escritores a Norte", que proporcionará mais vantagens para a recuperação daquele imóvel. Disse ainda que em relação ao São Domingos, não sabe a qual se está a referir, mas se é ao São Domingos de Monte Coxo, essa pavimentação já está concluída há mais de dois anos; e, quanto ao grémio, este edifício não é do Município e tem uma penhora, mas depois das eleições da

Casa do Douro e se eventualmente a nova direção vier a ter autonomia sobre o património, poderá haver uma oportunidade de se tentar adquirir o imóvel, tal como já foi tentado várias vezes, mas sem sucesso; relativamente à Zona Industrial de São Martinho de Anta, informou estar numa fase de aquisição de terrenos e que sem conclusão dessas fase com a aquisição da totalidade dos terrenos, não será possível efetuar uma candidatura e as aquisições estão a ser concretizadas pelos valores das avaliações feitas por peritos externos; sobre a comparticipação no tarifário da água, disse que o Município já atingiu os 50% de valor de comparticipação nas taxas fixas, superando os 30% previstos e relativamente ao saneamento, admitiu que ainda existem alguns locais do concelho sem saneamento e que a questão da água e do saneamento foram delegadas em 2019 (dois mil e dezanove) ou 2020 (dois mil e vinte) na AdIN, que não tem solucionado o problema. Com o novo quadro comunitário 2030, ponderam-se algumas questões para a resolução da falta de saneamento, mas que, contudo, essa é uma responsabilidade da AdIN; relativamente ao aterro, já foi submetida uma candidatura e ainda sobre o novo quartel da GNR, o contrato interadministrativo *"está na gaveta da sra. Ministra da Administração Interna"*; quanto aos Bombeiros Voluntário de Provesende, disse não lhe ter chegado qualquer intenção, seja de aquisição de terreno/imóvel, seja de qualquer projeto e caso surja será devidamente apoiado. Quanto à água da Tenaria, em Roalde, houve um problema com o depósito que implodiu, sendo que está em fase de contratação pública a aquisição de um novo depósito. ----- Por fim, no que à fibra ótica, diz respeito, informou que esta é uma obrigação do Estado, tendo, inclusivamente, o anterior governo aberto um concurso público internacional para a cobertura da fibra ótica em todo o interior do país, aguardando-se novas informações; e sobre a capacitação digital, disse serem várias as ações de capacitação e muitas delas são feitas através de outras entidades ou organismos, com os quais colaboramos, bem como existe um protocolo entre o Município e a NERVIR, o qual fornece ações de formação e capacitação. -----

Terminou a sua intervenção afirmando que os Deputados do PSD estão sempre a criticar as festas e convívios organizados pelo Município, mas afinal até fazem questão de estar presentes. De seguida, tomou a palavra o Deputado António Morgado, que após cumprimentar os presentes, disse ter ficado agradavelmente surpreendido com a limpeza, quer de fitas, quer de outros objetos, com que ficaram nos caminhos por onde passou o "trail", contrariamente ao que tinha acontecido no ano anterior, tal como o próprio referiu em sessão da Assembleia Municipal do ano passado. Pelo facto parabenizou o Executivo Municipal, em particular o Vice-presidente da Câmara Municipal a quem tinha feito o reparo no ano anterior. -----

Continuou alertando para o facto de na Rua José Maria de Araújo, que aproveita para informar que a placa identificativa foi vandalizada, a luz forte emanada dos holofotes do campo de futebol, encandeia os condutores que por ali circulam, gerando situações de perigo. E por último, relativamente ao Turismo, mais propriamente ao estacionamento desenfreado em frente à Câmara Municipal de Sabrosa, nomeadamente com o não cumprimento das regras,



principalmente de trânsito e particularmente os autocarros, pediu, por isso, mais rigidez no cumprimento das regras para o bem-estar da população. -----

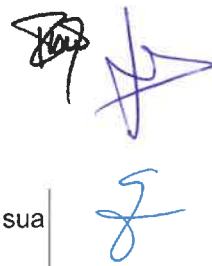
Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal respondendo que relativamente ao "abuso no estacionamento" na zona em frente à Câmara Municipal de Sabrosa, esta situação melhorou quer com a criação de um parque estacionamento para os funcionários da Autarquia, junto aos CTT de Sabrosa e que proporcionou a libertação de estacionamento na zona em frente à Câmara Municipal, quer com a maior atenção que a GNR tem vindo a ter, numa perspetiva pedagógica, mas que, contudo, continua a ser uma preocupação. -----

Relativamente às eleições para a Casa do Douro, referidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, na sua intervenção, deu nota de que no concelho irão estar constituídas 6 (seis) mesas de voto, nas seguintes localidades: Sabrosa, São Martinho de Anta, Vilarinho de São Romão, Covas do Douro, Gouvinhas e Provesende. Terminou apelando à forte mobilização para este importante ato eleitoral. -----

Seguindo a ordem de inscrição, foi dada a palavra à Deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar os presentes, referiu que na anterior sessão desta Assembleia Municipal, relativamente às Delegações de Competências com as Juntas de Freguesia, foi dito pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, que realmente houve um atraso nos pagamentos às Junta de Freguesia e que não lhe parecia possível disponibilizar as verbas a essas entidades, antes da receção dos respetivos comprovativos de despesa, mas que contudo, a situação poderia ser analisada juridicamente. Questionou, portanto, o Vice-presidente, se a proposta foi presente a reunião do executivo municipal para discussão, uma vez que não recebeu qualquer informação sobre ela. -----

Continuou dizendo que no dia 22/11/2024 enviou um email, em representação do Partido Social Democrata, à Presidente da Assembleia Municipal a solicitar que comunicasse à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa a intenção de participarem, neste ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no Almoço de Natal Sénior, no Jantar de Natal da Câmara Municipal e no próximo ano, por exemplo, na Festa dos Avós, Gala da CIM Douro, bem como outros eventos para os quais não lhes foi endereçado qualquer convite, na qualidade de membros eleitos desta Assembleia Municipal no presente mandato. Sabendo que o convite é tradicionalmente estendido aos Presidentes de Junta de Freguesia e alguns Membros da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, solicitam que o mesmo seja estendido a todos os Membros desta Assembleia Municipal, ficando ao critério de cada um a sua eventual participação. O referido email foi encaminhado para a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa no dia 25/11/2024, pela Presidente da Assembleia Municipal, tendo apenas obtido resposta em 12/12/2024, pelo que solicitou esclarecimentos sobre a demora no envio da resposta por parte da Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa. De novo afirmou que o convite deve ser extensível a todos os Membros deste Órgão e solicitou à Presidente da Assembleia Municipal que esclarecesse sobre esta questão para eventos futuros. -----





A Presidente da Assembleia Municipal disse que responderá por escrito, relativamente à sua posição sobre esta matéria, para todos os membros desta Assembleia Municipal. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que disse ter sido Membro da Assembleia Municipal de Sabrosa, há vários anos atrás e nunca houve tentativa alguma de participação nos eventos do executivo municipal. Assim como não usa dinheiro da Câmara Municipal para qualquer tipo de campanha, sendo que no âmbito das suas funções está presente nesses eventos e afirma ter dúvidas sobre a presença dos deputados municipais nesses eventos. -----

Foi dada autorização ao Vice-presidente da Câmara Municipal, que após cumprimentar os presentes e em resposta à questão levantada pela Deputada Suzanne Peixoto, relativamente ao adiantamento de pagamentos às Juntas de Freguesias no âmbito da Delegação de Competências para a limpeza de bermas e valetas, disse que o assunto está em análise jurídica e logo que obtenha informação, esta será transmitida a todos. -----

De seguida, tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves apresentando a seguinte declaração, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"Município de Sabrosa galardoado novamente com Bandeira de Autarquia + Familiarmente Responsável e distinguido com Menção Honrosa.* -----

*Esta minha intervenção serve para dar nota, e parabenizar, o município por ter sido distinguido, novamente, com o galardão "Autarquia + Familiarmente Responsável", pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR).* -----

*Esta distinção assume maior importância por acontecer pelo segundo ano consecutivo, o que corrobora a distinção anteriormente atribuída, e confirma o bom trabalho que está a ser desenvolvido, também neste âmbito.* -----

*Para os menos informados, ou contextualizados sobre o que estou aqui a destacar, dou-vos nota de que este é um prémio que distingue anualmente as autarquias que se destacam pela implementação de políticas públicas inclusivas, avaliando as práticas efetivas de apoio às famílias promovidas pelos municípios em diversas áreas, como: - apoio à maternidade e paternidade; - serviços básicos; - educação e formação; - habitação e transportes; - saúde; - cultura; - desporto, lazer e tempos livres; -----*

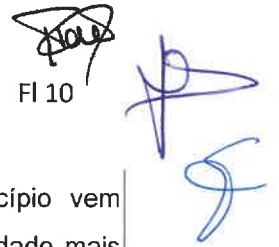
*Ou/e, ainda: - relações interinstitucionais e participação social.* -----

*Aproveito o momento para destacar ainda que o município recebeu uma menção honrosa pelo "Programa Apoiar a Primeira Infância – Creches gratuitas", mais um motivo de orgulho para todos os que trabalham estas políticas e medidas.* -----

*Assim, estas distinções, que são externas e imparciais, comprovam, mais uma vez, o bom trabalho que está a ser feito pela autarquia e, para além da ajuda que efetivamente dão no dia a dia dos munícipes do concelho, são as corretas a aplicar-se.* -----

*Parabéns a todos".* -----

Por fim, tomou a palavra o Deputado José Marques que, após cumprimentar os presentes, felicitou o Município pela assinatura do protocolo com o Instituto Nacional para a Reabilitação,



com a criação do “*Balcão da Inclusão*”, na linha da estratégia que o Município vem desenvolvendo, no âmbito do apoio social, quer às famílias, aos idosos, à comunidade mais desfavorecida. -----

Sublinhou também a excelente iniciativa de homenagem a Luís Roseira, com a qual a Câmara Municipal esteve profundamente envolvida e que foi muito sentida e muito digna, não só de cariz regional, mas também de âmbito nacional. Uma homenagem a uma grande figura da região, a quem muito devemos, e que abrangeu várias áreas da vida de Luís Roseira, enquanto homem, médico, autarca, empresário e enquanto político e cujo impacto se pode verificar pela presença de tantas individualidades das diversas áreas que ele tocou, em reconhecimento. A iniciativa teve lugar no Espaço Miguel Torga e em Covas do Douro, com grande envolvimento da Junta de Freguesia, que pelo seu importante papel nesta homenagem, também felicitou. -----

Terminou, destacando o acolhimento da Gala Ibérica dos Prémios de Inovação Social Magalhães-Elcano, que pela primeira vez que se realizou em Portugal e no concelho de Sabrosa. Estes prémios abarcam dimensões como a agricultura, a saúde e bem-estar, o ambiente e sustentabilidade, cidades inteligentes e territórios, cultura, turismo, educação e aprendizagem e inclusão, pelo que trouxeram a Sabrosa importantes instituições espanholas e empresas espanholas e portuguesas, que estão na linha da frente, ao nível destas áreas, não só no setor tecnológico, mas também no setor de projetos de empreendedorismo e inovação social e capacitação dos territórios para o desenvolvimento. Felicitou, portanto, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido e afirmou que Sabrosa tem vindo a se destacar como uma referência, não só no contexto regional e nacional, mas principalmente no internacional. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

----- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** --

A Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do Parecer da Procuradoria Geral da República, que foi pedido pelo Governo, respeitante ao despacho da Direção-Geral da Administração Local (DGAL) que impedia os Presidentes de Junta de Freguesia de participar nas deliberações das Assembleias Municipais, em assuntos que beneficiassem o seu território, nomeadamente, nos Contratos Interadministrativos. Este Parecer, tal como sempre foi entendimento da Mesa desta Assembleia, esclareceu que não existem quaisquer impedimentos dos Senhores Presidentes de Junta na votação dos Assuntos das suas Freguesias, uma vez que, enquanto membros da Assembleia Municipal, não estão a representar interesses individuais, mas sim, em representação do território das suas freguesias. Considerou ainda que esta posição Procuradoria Geral da República reforça o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais. -----

Continuou dando nota de que foi alertada pelo Consultor Jurídico de que é entendimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) que, o artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, também é aplicável aos membros das Assembleias Municipais. Tal significando

que, para a prevenção de conflitos de interesses e combate à corrupção, todos nós deveremos subscrever uma declaração de inexistência de conflito de interesses, em cada ato praticado em determinadas áreas de intervenção, como a contratação pública, concessão de subsídios, subvenções ou benefícios, licenciamentos urbanísticos, ambientais, comerciais e industriais e procedimentos sancionatórios. Afirmou concordar com tal interpretação, não obstante os membros das Assembleias Municipais não participarem diretamente na contratação pública ou na concessão direta de subsídios ou pagamentos, somos nós que aprovamos os orçamentos, autorizamos a constituição de alguns júris, autorizamos alguns licenciamentos e isenções no âmbito do turismo ou atividades de interesse municipal, pelo que, sem dúvida que todos os membros desta Assembleia Municipal estão abrangidos por esta norma. Acrescentou, contudo, que tem dúvidas quanto à forma de como essas declarações de inexistência de conflitos devem ser prestadas, pois parece-lhe mais ajustado que cada membro preste uma declaração única, no início do seu mandato ou de vigência da Lei, discordando da necessidade de cada Membro assinar uma declaração para cada deliberação da Assembleia Municipal. Assim, ficaremos a aguardar até à Sessão de fevereiro, pela posição da Associação das Assembleias Municipais e da Associação Nacional de Municípios, entidade que inclusivamente assinou um protocolo com a MENAC, entidade responsável por gestão e regulamentação desta matéria. -----

Terminou, dizendo que foi cumprido o previsto no n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito à Oposição, tendo os cabeças de lista dos partidos e grupos de cidadão representados nesta Assembleia Municipal, sido notificados para a apresentação de contributos para o Orçamento Municipal, dentro do prazo estabelecido. -----

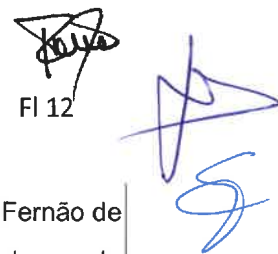
**---- Dois ponto dois: Presente ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 (trinta) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----**

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade, dos membros presentes na respetiva sessão, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 (trinta) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

**---- Dois ponto três: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----**

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que destacou alguns pontos da Informação distribuída aos deputados, nomeadamente, da Unidade Orgânica Flexível Obras, Serviços e Ordenamento do Território: trabalhos de reparação da zona envolvente ao Polidesportivo de Provesende, de forma a que possa ser inaugurado brevemente; execução de trabalhos para a criação de parque no lugar da Benjonca, da freguesia de Covas do Douro; continuação dos trabalhos da Regeneração Urbana na Rua do Pousado, em São Martinho de Anta e o arranjo e manutenção dos diversos espaços verdes do Município, como por exemplo, os trabalhos iniciados no Jardim Barão da Ribeira, também com a colocação de infraestrutura elétrica de



subsolo, ou os trabalhos da zona envolvente à Fonte Luminosa ou junto à estátua de Fernão de Magalhães. Disse ainda que nesta fase estão a ser concluídos os seguintes projetos: loteamento de Santa Bárbara – 2.ª fase a custos controlados; projeto de eficiência energética da Piscina Rosa Mota; projeto de arquitetura e especialidades de reabilitação do edifício Casa Fadista Manassés; projeto de execução e especialidades do Mercado Municipal; projeto de especialidades de reabilitação do Armazém Municipal, da Casa Mortuária em Parada do Pinhão ou ainda a regeneração urbana do Largo das Fontainhas, em Sabrosa, bem como foram elaboradas diversas candidaturas e que como já havia dito, os avisos do Portugal 2030, abriram à cerca de um mês, o que quer dizer que as candidaturas estão quase todas abertas em simultâneo, sendo que em fase de candidatura já submetida ou em elaboração, estão, por exemplo: a via panorâmica com rota de miradouros – Cais da Foz (Pinhão)-Donelo; percurso panorâmico pedonal e ciclável – Sabrosa-Souto Maior; regeneração urbano da Rua do Pousado, em São Martinho de Anta; reabilitação do Largo das Fontainhas/Dr. Sá Fernandes, em Sabrosa e o Centro de Cultura e Biblioteca Municipal – Casa Fadista Manassés. -----

No âmbito da Unidade Orgânica Flexível Educação, Saúde e Ação Social, foi organizada a receção à Comunidade Educativa de Sabrosa para o ano letivo 2024/2025, bem como foi organizada e preparada a candidatura ao Programa (Inter)Municipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), no âmbito do Portugal 2030 e no dia 15 (quinze) de outubro, numa cerimónia simbólica, o Município recebeu duas viaturas elétricas para ficarem ao serviço do Centro de Saúde de Sabrosa. Ainda neste período, deu nota do início no Concelho do Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G (CLDS-5G) e a distinção, pelo segundo ano consecutivo, do Município de Sabrosa com a bandeira "*Autarquia + Familiarmente Responsável*" e menção honrosa pelo "*Programa Apoiar a Primeira Infância*" (Creches Gratuitas), bem como a assinatura do protocolo de colaboração entre o Município de Sabrosa e o Instituto Nacional para a Reabilitação para a criação do Balcão da Inclusão e foi ainda apresentada a candidatura ao projeto "+ Vida: Projeto de Vida Ativa", que consiste na promoção da atividade física como fator de saúde e inclusão social. Relativamente à Estratégia Local de Habitação (ELH) foram assinados autos de consignação para a reabilitação/criação de 8 (oito) fogos nas localidades de Saudel, São Lourenço de Ribapinhão, Feitais e Donelo. -----

Relativamente à Unidade Orgânica Flexível Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, assinalou que a 6 (seis) de setembro encerrou-se o Summer Fest 2024, com um concerto do artista Nininho Vaz Maia, no parque B.B. King e que foi um sucesso; em setembro foi ainda organizado um recital de homenagem a Manuel Hermínio Monteiro, a 14 (catorze) e 15 (quinze) desse mês, retomada a XII Lagarada Tradicional em Celeirós do Douro e a 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) a 15.ª edição da Feira do Vinho e do Azeite de Provesende. Em outubro, destacou a realização da 3.ª edição da Desfolhada Tradicional; Comemorações do 15.º Aniversário do Comando Territorial de Vila Real da Guarda Nacional Republicana (GNR) e Comemoração do Halloween, em São Martinho de Anta; e em novembro, assinalou o III Festival dos Produtos



Durienses; as Comemorações do 188.º aniversário do Município de Sabrosa e o Trail Por Terras de Magalhães. -----

No âmbito da sua agenda, deu nota da deslocação a Lisboa para uma reunião relativa ao assunto Caixa Geral de Depósitos, que não se realizou, como anteriormente referiu em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, com o Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro; reunião com o Secretário de Estado da Coesão Territorial e Ordenamento do Território, em Bragança e receção institucional de uma comitiva de Cadaujac, no âmbito da geminação existente com esta localidade de Bordéus. -----

Por fim, e, relativamente à Unidade Orgânica Flexível Administrativa, Financeira e Patrimonial, informou que a Câmara Municipal, desde o início do ano, gerou um superavit orçamental total de €1.173.236,62 (um milhão, cento e setenta e três mil, duzentos e trinta e seis euros e sessenta e dois cêntimos). -----

Colocado este assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Maria João Bessa e Luís Almeida. -----

Tomou a palavra a Deputada Maria João Bessa, que após cumprimentar os presentes, questionou a que projeto de arquitetura em elaboração pelos serviços para a "*Avenida Miguel Torga*", se refere, na página 2 (dois) da Informação da Presidente, uma vez que a Deputada desconhece a existência de uma "*Avenida Miguel Torga*" em São Martinho de Anta, conhecendo apenas a "*Rua Miguel Torga*". -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que se trata da mesma localização e que o projeto de regeneração é uma intervenção simples de alargamento da rua e de reposição de passeios. De novo no uso da palavra, a Deputada Maria João Bessa, continuou questionando porque a "eficiência energética da Piscina Rosa Mota", surge na mesma página da Informação da Presidente em duas situações distintas, ou seja, assinalada em projetos de arquitetura em elaboração pelos serviços e em projetos contratados. -----

A Presidente da Câmara Municipal solicitou que a palavra fosse dada à Chefe de Divisão UOF-OSOT, Jacinta Vilela, tendo esta esclarecido que o projeto de arquitetura foi elaborado pelos serviços internamente e o projeto de especialidades é que foi adjudicado, daí estar mencionado em duas situações distintas na Informação da Presidente. -----

Continuou a Deputada Maria João Bessa, perguntando se o mesmo acontece na situação da "*Regeneração Urbana do centro da Vila de São Martinho de Anta – Rua do Pousado*", que aparece em Empreitadas em Curso e Elaboração de Candidaturas, tendo a Presidente da Câmara Municipal respondido que são situações diferentes. A empreitada em curso, significa que a obra está a decorrer, sendo que foi submetida uma candidatura no âmbito da regeneração urbana, para essa obra. -----

De novo, a Deputada Maria João Bessa, deu nota do seu agrado quanto à assinatura do protocolo para a criação do Balcão da Inclusão e questionou se este balcão já está em funcionamento e que atendimento especializado vai proporcionar. -----



A Presidente da Câmara Municipal explicou que o balcão ainda não está em funcionamento, dada a necessidade de se efetuarem pequenas obras de adaptação para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, sendo esse o especial serviço de atendimento. -----

De seguida, no uso da palavra, a Deputada Maria João Bessa, referiu que no dia 22/08/2024, foi enviado um email à Presidente da Câmara Municipal a solicitar a concessão de um lugar de estacionamento, em São Martinho de Anta, para uma pessoa com 80% de incapacidade e com mobilidade reduzida, para o qual não foi obtida qualquer resposta. -----

A Presidente da Câmara Municipal disse que os pedidos de lugar de estacionamento são sempre avaliados com os Presidentes da respetiva Junta de Freguesia, com um parecer por eles emitido, dada a proximidade com as pessoas e o seu conhecimento do ordenamento do território. Mais acrescentou que, na situação colocada, ainda não há uma decisão final, mas o parecer da Junta de Freguesia foi negativo, dado que a pessoa requerente tem uma garagem, contudo, esclareceu que a situação ainda será objeto de deliberação por parte do Executivo. -----

Continuou a Deputada Maria João Bessa, dizendo que a cadeira de rodas em que a pessoa se desloca não entra na garagem, por isso é que foi pedido um lugar de estacionamento na via pública, solicitando que lhe fosse enviada cópia do parecer da Junta de Freguesia. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Anta e Paradela de Guiães, José Gonçalves, que, após cumprimentar os presentes, esclareceu que deu parecer negativo ao pedido apresentado, uma vez que, de acordo com a planta de implantação do lugar de estacionamento solicitado, tal implantação implicaria a eliminação de quatro lugares de estacionamento existentes. Ora tal a eliminação de quatro lugares de estacionamento naquele local, que é uma zona de comércio, numa vila como São Martinho de Anta que vive do comércio, não se torna viável, pondo em causa o interesse da população em geral, para além de que essa pessoa possui uma garagem. -----

A Presidente da Assembleia Municipal disse que far-se-á chegar, por escrito, toda a informação relevante, incluindo o parecer da junta de Freguesia, logo que o assunto seja objeto de deliberação pelo Executivo Municipal. -----

De seguida, tomou a palavra o Deputado Luís Almeida, que após cumprimentar os presentes, apresentou a seguinte intervenção: *"Começar a minha intervenção para em meu nome, e em nome dos restantes membros da AM do movimento "Já", dar as boas vindas, ao novo membro da AM Rui Alves, que seja um mandato proveitoso, desafiante e gerador de um trabalho que crie benefícios para os nossos municípios e para o nosso concelho, o que decerto o será. -----*

*Dar também boas vindas, ao outro membro da AM que hoje tomou posse, do grupo parlamentar do PSD, desejar também um mandato profícuo. -----*

*Deixar ainda aqui uma palavra de reconhecimento a Carolina Lopes, pelo trabalho feito enquanto membro da AM, pela forma como sempre se relacionou com os seus colegas de "bancada", e também com os restantes membros desta AM. Reconhecer o seu profissionalismo, compromisso e participação. Desejo-lhe as maiores felicidades e todo o sucesso pessoal e profissional. -----*

*Relativamente ao ponto em discussão, conforme consta em ata da última sessão, acabada de aprovar, na pág. 119, ficou o executivo de “averiguar da existência ou não de espaços municipais com materiais com amianto”. -----*

*Sendo assim, e tendo em conta a importância do assunto para a saúde e bem-estar dos colaboradores do município, dos munícipes e restantes utilizadores dos espaços de gestão municipal, saber se o município está em condições de prestar os esclarecimentos solicitados?”.*

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta ao Deputado Luís Almeida, esclareceu que ainda subsistem espaços com este material, nomeadamente as lojas do Mercado Municipal, daí a urgência da intervenção nesse local, algumas habitações sociais no Bairro João Paulo II, em Sabrosa e o Posto Médico de Provesende. Acrescentou que, no entanto, tanto as habitações, como o Posto Médico, estão, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, em fase de contratação para serem intervencionadas muito brevemente. -----

**Deliberação:** Tomado conhecimento. -----

**---- Dois ponto quatro: Presente informação n.º 11390/24 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Modificação Orçamental n.º 21, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 5 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 5, Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 5. – Ratificação. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: “Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, ratificar o despacho da Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: “Deferido à reunião de Executivo. Mais se informa que nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, usou-se a prerrogativa aqui prevista, a saber: Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para efeitos de ratificação”. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que explicou que quer este ponto da ordem de trabalhos, quer o seguinte, são presentes a esta Assembleia Municipal para ratificação das deliberações tomadas, dada a urgência na contratação da prestação de serviços de gestão de resíduos urbanos dos concelhos do Vale Douro Norte: Alijó, Murça e Sabrosa, em lote, para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), sendo que Alijó é o responsável pelo procedimento. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, a ratificação da deliberação do Executivo Municipal que aprovou a Modificação Orçamental n.º 21, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 5 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 5, Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 5, com 8 (oito) abstenções dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, João Borges, Luís Almeida, António Morgado e Rui Alves. -----

----- **Dois ponto cinco: Presente informação n.º 11391/24 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos dos Concelhos do Vale do Douro – Norte: Alijó, Murça, e Sabrosa”, para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) – Ratificação. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, ratificar o despacho da Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: “Deferido de acordo com a informação técnica. À reunião de Executivo. Mais se informa que nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, usou-se a prerrogativa aqui prevista, a saber: Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para efeitos de ratificação”.* -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, a ratificação da deliberação do Executivo Municipal que autorizou a realização da despesa com o Procedimento de Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos dos Concelhos do Vale do Douro – Norte: Alijó, Murça, e Sabrosa, para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 5 (cinco) abstenções dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa e João Borges. -----

----- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 12481/24 da UOF AFP datada de 22 (vinte e dois) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Documentos previsionais para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado por maioria com o voto contra do Vereador Mário Varela, os Documentos Previsionais para o ano económico 2025 (dois mil e vinte e cinco), contendo: Orçamento da receita, orçamento da despesa, plano plurianual de investimentos, plano de atividades municipal, mapa de contingências, mapa das entidades participadas, sistema de normalização contabilística da administração pública, taxas e licenças: atualização, fundo de maneio, protocolo de delegação de competências nas freguesias, informação de transferências financeiras para os municípios, normas de execução orçamental, mapa do resumo do orçamento, mapa de empréstimos – previsão de encargos, mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados para o ano 2025, mapa de pessoal, autorização genérica: dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, balanço previsional, demonstração de resultados previsional e demonstração de fluxos de caixa previsional. Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”.* -----

A Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do documento, destacando que: *“Começo por afirmar e destacar que os documentos previsionais para o ano de 2025, que agora se submetem aqui à apreciação, discussão e deliberação dos órgãos executivo e deliberativo,*



são o resultado de um conhecimento real e profundo das necessidades do território, das pessoas, dos decisores políticos e sociais, dos compromissos assumidos com todos estes intervenientes, e demais agentes da nossa sociedade, e dos investimentos que consideramos estratégicos para o concelho de Sabrosa. -----

Após três anos cumpridos do mandato autárquico começado em 2021, onde inicialmente, por várias, e diferentes, razões a nossa governação, ao nível local, tanto no Executivo Municipal como na Assembleia Municipal, foi dificultada, e num período em que fomos abrangidos pelo encerramento de um quadro comunitário de apoio e de uma abertura tardia de um novo quadro, que nos limitou na nossa ação, fomos capazes, apesar disso, de trabalhar de forma muito séria, focada e resiliente, e, ultrapassados esses problemas e com o passar do tempo, de construir pontes e acordos que nos permitiram focar no mais importante: trabalhar com as pessoas, para as pessoas, de forma próxima, e para colmatar as principais lacunas e problemas que o nosso concelho ainda tem. -----

Hoje, volvido este tempo, mais do que no passado, conhecedores da realidade, mas esperançosos no futuro, somos, e estamos, capazes de projetar o nosso território para um patamar melhor, intervindo transversalmente no concelho e valorizando, sempre, o contributo de todos os agentes ativos da nossa sociedade local, para os quais deixo um reconhecimento e agradecimento. -----

Considero assim que este é um orçamento realista e com lastro, que transporta, felizmente, e finalmente, muito do trabalho e estratégias desenvolvidas ao longo do nosso mandato autárquico. -----

Um orçamento com um investimento muito significativo naquilo que são as obras públicas, transversais a todo o concelho, e nos projetos e investimentos já iniciados, nas diferentes áreas da sociedade local, dotando-o de rigor no âmbito do seu planeamento e da sua elaboração. ----

Destaco, neste sentido, algumas linhas principais destes documentos previsionais, dando nota de que este é o maior orçamento alguma vez tido por esta autarquia, e que aumentou face ao ano transato, aproximadamente 55%, para um valor global arredondado de 22,1 milhões de euros, tendo um Equilíbrio Orçamental Corrente de mais de 170 mil euros. -----

Respeitando o calendário estabelecido por lei para a sua elaboração e cumprindo os princípios e regras de elaboração e conceção do orçamento municipal de 2025, destacam-se, ainda, os factos de, nele, as Aquisições de Bens de Capital terem aumentado 125,18%, indicando o volume de obras e investimentos diretos previstos, e o aumento de transferências de Capital Recebidas e Atribuídas, em 145,21% e 22,88%, respetivamente, que, no mesmo sentido, comprovam, em parte, os compromissos assumidos. -----

Aumentos este que traduzem um assumir do trabalho que vem sendo desenvolvido, das políticas aplicadas, do reforço de medidas já implementadas e projetos existentes, mas também de outros, novos, que promoverão a inclusão, educação, saúde e proteção social e que convergem no sentido do desenvolvimento do nosso concelho e da menor desigualdade entre todos. -----



São exemplos disso a(as)/o(os): • Concretização do projeto do programa de apoio à construção habitacional para jovens; • Continuação da aplicação de um Pacote de Medidas Fiscais de atração ao investimento e às famílias; • Continuação da medida de Apoio à Recuperação de Habitações Próprias Degradadas; • Atribuição de bolsas de apoio ao ensino superior; • Atribuição de Apoios, variados, concedidos aos alunos e comunidade escolar; • Atribuição da verba de incentivo à natalidade, por nascimento/adoção; • Projeto de Teleassistência a Idosos no concelho; • Desenvolvimento no terreno do projeto “+ Vida Ativa”; • Apoio à participação municipal na fatura da água; • Disponibilização de cultura gratuita para todos; • Promoção e a descentralização da cultura, levando-a às freguesias; • Dinamização do Mercado dos Produtos Durienses com uma programação de referência regional e nacional; • Promoção do Festival Literário Douro – FliD, como evento cultural de referência do concelho e da região; • Assegurar da abertura ao público, com um horário e condições regulares dos Espaços Culturais Municipais; • Promoção de eventos associados ao património arqueológico e à história do concelho; • Promoção de eventos de cariz tradicional, como a “Feira do Vinho e do Azeite” ou a “Lagarada Tradicional”; • Promoção de eventos destinados para o público mais jovem; • Promoção de eventos desportivos de referência, como é exemplo o “Trail – Por Terras de Magalhães”, e promover a melhoria das condições dos equipamentos desportivos municipais; Ou a Concretização de projetos de valorização do património e do território. -----

Para além disto, e apesar do enorme esforço que é feito para assegurar todas as iniciativas enumeradas, este é um orçamento que concretiza muitos e importantes investimentos/projetos estruturantes para o concelho, para os quais temos vindo há algum tempo a trabalhar e que vão transformar e melhorar a vida dos nossos munícipes e de quem nos visita. -----

Exemplos desses investimentos/projetos estruturantes são: • A requalificação da Escola Miguel Torga, com um investimento de quase seis milhões de euros; • Execução, em obra, da Estratégia Local de Habitação; • A regeneração urbana da Quinta do Conde, vulgarmente conhecida por “Quinta dos Mouras”; • A requalificação do largo da Fontainha; • O início dos trabalhos de Requalificação do Mercado Municipal de Sabrosa; • As obras de melhoramento do Centro de Saúde de Sabrosa; • A criação do Centro Cultura e Biblioteca Municipal Manassés Lacerda; • A concretização do Percorso Panorâmico Pedonal/ciclável; • O Projeto da Zona Industrial de São Martinho de Anta; • A concretização do novo Quartel da GNR de Sabrosa; • A Requalificação da Estrada Cais da Foz/Donelo em Rota dos Miradouros; • A concretização dos projetos de Regeneração Urbana no concelho; • Investimento na área da Proteção Civil Municipal; • A concretização dos projetos de melhoria da Eficiência Energética dos edifícios públicos, destacando a intervenção prevista para a Piscina Rosa Mota; Ou a, Digitalização dos serviços da Administração Pública local. -----

Em resumo, e assente nos exemplos elencados, este é um orçamento muito ambicioso, assim como são os desafios que enfrentamos diariamente para fazer do concelho de Sabrosa um território ainda melhor, mas que vai ao encontro das principais e reais necessidades do concelho

e que concretiza, na medida das possibilidades temporais, a estratégia por nós iniciada para o desenvolvimento e melhoramento do território. -----

E que, -----

- Acresce de 54,8% do Orçamento total, face ao ano anterior; -----
- Tem um Equilíbrio orçamental corrente e total previsto; -----
- Apresenta um aumento de transferências de capital recebidas de 145,21% e um aumento das aquisições de bens de Capital de 125,18%.; -----

Assim, com foco, determinação, rigor, muito trabalho, dedicação e muito amor pela nossa terra, Abraçamos o Futuro do concelho de Sabrosa". -----

Colocado este assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados José Marques, Suzanne Peixoto e Luís Almeida e a Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão Cilina Vilela. -----

Tomou a palavra o Deputado José Marques felicitando o executivo municipal pela ambição e determinação com que apresentam este orçamento, que demonstra visão, plano e estratégia, tal como foi, hoje, nesta assembleia, reconhecido pelos membros da oposição, que inclusivamente, fizeram questão de saber o ponto de situação e elencaram ponto por ponto essa visão e estratégia. -----

Continuou dizendo que existem aspetos determinantes para que as “coisas” aconteçam, independentemente de se ser um município rico ou pobre, o importante é, em primeiro lugar, a existência de projetos e em segundo recursos para os executar, quer para projetos simples, quer para os mais complexos, sendo que os mais complexos, pelas suas características levam mais tempo a planear. Neste campo, teve este executivo visão, no sentido em que, estando o quadro comunitário fechado e, portanto, havendo escassez de recursos, foram criando condições, com a elaboração de projetos, para que quando um novo quadro comunitário abrisse, tudo estivesse pronto para recorrer a esses financiamentos, como foi o que aconteceu com a Escola Básica e Secundária Miguel Torga – Sabrosa, por já existir projeto “em carteira”. -----

Continuou dizendo que o orçamento apresentado é transversal a todo o Concelho, nos domínios do urbanismo, da mobilidade e rede viária, da educação, da ação social e saúde, do empreendedorismo, cultura, turismo, desporto, ambiente, proteção civil, entre outras e sem descurar a articulação e o apoio com as Juntas de Freguesia e o apoio às instituições de interesse público do Concelho. -----

Sublinhou ainda alguns domínios muito pertinentes e que vêm na sequência de políticas de executivos anteriores, nomeadamente, a ampliação do programa de apoio à construção de habitações a custos controlados para jovens, a Estratégia Local de Habitação, bem como as medidas de apoio à recuperação de habitações próprias degradadas e a continuação da aplicação de um pacote fiscal de apoio às famílias e às empresas e ainda o alargamento do apoio social às famílias de forma direta e indireta. Para além disso também sublinhou a importância dos projetos estruturantes, como sejam a Escola Miguel Torga, ou a Regeneração

da Quinta das Mouras, a Requalificação do Largo das Fontainhas, o Mercado Municipal, as obras de melhoramento do Centro de Saúde, o projeto da Zona de Acolhimento Industrial de São Martinho de Anta e o quartel GNR. Também um projeto muito importante para o Concelho e até estruturante do ponto de vista turístico é a estrada Cais da foz (Pinhão)-Donelo, com Rota dos Miradouros, que está a ser trabalhado e que consta dos documentos previsionais. Este é, portanto, um instrumento essencial, tendo em conta as condições atualmente criadas, para se poderem implementar todos estes projetos, pelo que faz votos de que todos sejam concretizados. De seguida tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto que relativamente ao protocolo de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, no âmbito da limpeza de bermas e valetas, questionou porque o valor apresentado é igual ao do ano anterior, pois, deveria estar refletivo o aumento de 10% ou eventualmente um aumento superior, uma vez se as despesas aumentam, porque os preços também aumentam, por que não aumentarem a comparticipação a atribuir às Juntas de Freguesia. -----

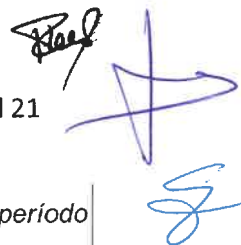
Terminou questionando se o valor apresentado no orçamento para a freguesia de Vilarinho de São Romão de pouco mais de trezentos euros, refere-se à limpeza de bermas e valentes, placa a placa, entre Sabrosa e Celeirós, ou também inclui a zona de Paradelinha, pois se assim for, considera um valor muito baixo. -----

Seguindo a ordem de inscrição neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Deputado Luís Almeida, que apresentou, na sequência da informação adicional da Presidente da Câmara Municipal relativamente aos edifícios com amianto, o seguinte apelo: *"Tendo em conta a importância para a saúde pública da retirada destes materiais apelo ao executivo enquanto membro da AM, mas também como munícipe, que possa proceder a remoção com urgência e dentro da maior brevidade possível"*. -----

Prosseguiu o Deputado Luís Almeida respondendo ao Deputado José Marques sobre a questão de municípios ricos ou pobres, em que se um município for pobre e não tiver recursos para pagamento da sua comparticipação, os projetos "caem por terra", não sendo o caso de Sabrosa, até ao momento. E, sobre o orçamento para as habitações próprias degradadas, fica muito *"bonito"*, mas na prática um valor de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) é insuficiente. -----

Continuou apresentando a seguinte intervenção: *"O orçamento de 2025, conforme já foi referido, manifesta um aumento considerável face ao anterior. É um aumento de + 55% aproximadamente. Este número, por si só é revelador da grande oportunidade que o executivo tem em mãos. De facto, talvez graças a uma pressão mediática nacional com o aproveitamento das verbas do PRR e restantes fundos comunitários, esta será uma oportunidade que não deve ser desperdiçada"*. -----

*A fazer prova disto mesmo, está o aumento considerável nas receitas de capital, receitas referentes as fontes de financiamento de projetos cofinanciados, que sobe cerca de + 60% face ao ano anterior. Com a revisão do PRR prevista para 2025 e com a dispensa de obrigatoriedade de revisão dos projetos prevê-se um acelerar da execução dos projetos"*. -----



Assim, e tendo em conta esta situação, atrevo-me mesmo a dizer que vivemos um novo período de “vacas gordas”, desculpem a expressão, que já vem de algum tempo a esta parte, mas que agora se evidencia com estas alterações e com o fim previsto do PRR para 2026. -----

E este aceleração é fundamental para o nosso concelho pois estamos a falar dos projetos das áreas da habitação, bem como a recuperação da escola e do centro de saúde, que decerto irão melhorar as condições e os serviços prestados a nossa comunidade. -----

Portanto, que não haja desculpas, esta é uma oportunidade para definitivamente tornar a vida dos nossos munícipes mais fácil e confortável. Este é o momento de tornar Sabrosa um território mais justo, com melhores condições, para as famílias, para as empresas, para as instituições. -- Mas também se continua a aguardar a resolução de problemas que continuam teimosamente a persistir e que este executivo não resolve: -----

Continuamos à espera da devolução do IRS, indevidamente retido aos munícipes, não esqueçamos que este dinheiro é das famílias residentes no concelho de Sabrosa, que indevidamente o município continua a reter; -----

Continuamos à espera de uma rede de saneamento completa no concelho, é mais do que justo suprir esta necessidade básica a quem não a tem; -----

Continuamos à espera de políticas eficazes de atratividade comercial, de atratividade de investimento e atratividade de novas famílias para o território; -----

É necessário mais para combater a perca demográfica galopante que está a acontecer ano após ano; -----

É necessário atuar com coragem e determinação na defesa da manutenção dos serviços existente no concelho. Este executivo continua sem reverter os problemas que existem por exemplo nos serviços bancários no concelho; -----

É necessário, e possível financeiramente, atribuir alimentação gratuita para todos os alunos do concelho; -----

É necessário a recuperação do campo de futebol de São Martinho de Anta; -----

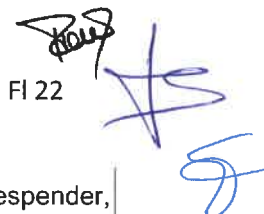
É necessário resolver os problemas na rede viária, ter políticas de foro ambiental e de preservação da floresta do concelho. É fundamental apostar na economia ambiental apostando em projetos sustentáveis; -----

É necessário ajudar os jovens do concelho a fixar-se no território, a criarem os seus empregos, os seus negócios; -----

Termino reafirmando o que disse no início da minha intervenção, esta é uma oportunidade única, de fazer as coisas bem feitas, resolver os problemas que persistem, e com ambição e estratégia deve o executivo aproveitar para promover o desenvolvimento familiar, social, laboral e económico do concelho de Sabrosa. -----

Foi de novo dada a palavra ao Deputado José Marques, que em resposta ao Deputado Luís Almeida esclareceu que na elaboração dos planos previsionais, existem os projetos estruturantes e outros sendo que quando já são conhecidos os custos, essa informação é vertida em





orçamento. No entanto, há situações para as quais não há a certeza dos custos a despende, daí que se aponte um valor previsível, sendo que o que importa é existirem rubricas abertas, porque o documento é flexível. Neste sentido, torna-se importante existirem condições “de ir a jogo”, o que está expressamente demonstrado na “bondade” deste orçamento. A questão de estar prevista, em orçamento, apenas uma verba de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) para as habitações próprias degradadas, não é importante o valor, mas sim que a rubrica esteja aberta, porque havendo necessidade pode ser alterada devido à flexibilidade orçamental. -----

Tomou a palavra a Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, que após cumprimentar os presentes, referiu que no que às Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia para a limpeza de bermas e valetas diz respeito, o valor que consta dos documentos previsionais não reflete o aumento de 10% de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que esclareceu tratar-se de um lapso e que o valor a atribuir às Juntas de Freguesia para 2025 (dois mil e vinte e cinco) incorpora o aumento de 10% atribuído em 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

Prosseguiu dizendo que, em resposta ao Deputado Luís Almeida relativamente à não devolução do IRS, este não foi um erro deste executivo municipal e tem vários pareceres jurídicos, nomeadamente da CCDR-N que dizem não existirem condições legais para o fazer, pelo que afirma que não procederá a essa devolução. Quanto às questões do saneamento, a empresa que existe para esse fim certamente fará as candidaturas necessárias, no sentido de corrigir algumas questões de saneamento e ainda sobre a perda de população disse que este não é um problema só deste concelho, mas de todo o interior do país. E quanto ao campo de futebol de São Martinho de Anta, este não é propriedade do Município, pelo que não se pode intervir no que não nos pertence, no entanto, já foi colocada a hipótese, de este se tornar um complemento ao campo de futebol de Sabrosa, situação que não está completamente descartada. -----

Terminou agradecendo os elogios. -----

De novo, no uso da palavra, o Deputado Luís Almeida referiu que a Presidente da Câmara Municipal não pode dizer que o erro não foi do seu executivo, pois que, apesar de saber que não foi da sua responsabilidade, também não foi dos membros da atual Assembleia Municipal, contudo agradeceu a clareza com que a mesma afirmou e assumiu a não devolução do IRS, apesar de não ser da mesma opinião e que se fosse Presidente da Câmara Municipal tudo faria para defender os interesses dos munícipes. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, opinou que relativamente à devolução do IRS ao Municípes, não vê condições jurídicas para que isso possa acontecer, pois que esta é uma matéria do âmbito do Direito Fiscal, cujo o incumprimento implica perda de mandato, apelando, contudo, à possibilidade da aplicação dessas verbas num projeto de apoio social, ou de interesse municipal, o que poderá ser debatido numa das próximas sessões da Assembleia Municipal. ---

**Deliberação:** Aprovados por maioria, os Documentos Previsionais para o ano económico de 2025 (dois mil e vinte e cinco) que contêm: Orçamento da receita, orçamento da despesa, plano



plurianual de investimentos, plano de atividades municipal, mapa de contingências, mapa das entidades participadas, sistema de normalização contabilística da administração pública, taxas e licenças: atualização, fundo de maneo, protocolo de delegação de competências nas freguesias, informação de transferências financeiras para os municípios, normas de execução orçamental, mapa do resumo do orçamento, mapa de empréstimos – previsão de encargos, mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados para o ano 2025, mapa de pessoal, autorização genérica: dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, balanço previsional, demonstração de resultados previsional e demonstração de fluxos de caixa previsional, com 6 (seis) votos contra dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, João Borges e da Presidente de Junta de Freguesia de Torre do Pinhão, Ana Rente e 3 (três) abstenções dos Deputados Luís Almeida, António Morgado e da Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela. Foram apresentadas duas declarações de voto contra, pelo Deputado João Borges, em representação dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e, em nome individual, pela Presidente de Junta de Freguesia de Torre do Pinhão, que foram entregues à Mesa e de seguida se transcrevem. -----

*Declaração de voto contra apresentada pelo Deputado João Borges: "O atual mandato, iniciado em 2021 sob o lema "Abraçar o Futuro", tem-se revelado marcado por uma ausência de resultados concretos e pela incapacidade de implementar políticas verdadeiramente transformadoras e eficazes. À medida que o ciclo político se aproxima do seu término, surge agora o novo slogan "Prometer o Futuro", uma tentativa tardia de remediar as falhas acumuladas ao longo deste percurso e de mascarar o evidente défice de progresso. -----*

*Sob a liderança da Sr.ª Presidente Helena Lapa, o Executivo tem-se pautado por uma gestão pouco transparente, excessivamente centralizada e fortemente influenciada por interesses partidários, colocando o interesse público em segundo plano. Esta orientação governativa reflete-se, entre outros aspetos, na nomeação de militantes e simpatizantes socialistas para cargos municipais sem o esclarecimento adequado dos critérios e processos aplicados. Os sucessivos pedidos do Vereador Mário Varela para aceder a informações e documentação sobre estes concursos públicos têm sido sistematicamente ignorados, o que constitui uma violação dos princípios de transparência e de boa governação, além de demonstrar um claro desprezo pelo dever de prestação de contas. -----*

*A atribuição reiterada de benefícios e vantagens a funcionários, baseada em ligações políticas em detrimento do mérito, competência ou justiça, evidencia um modelo de governação enviesado e permeado pelo favoritismo. Esta postura não só mina a confiança dos cidadãos na administração municipal, como compromete a boa gestão e a correta aplicação dos recursos públicos, fatores essenciais para o desenvolvimento equilibrado do Município. -----*

*Os Documentos Previsionais para 2025 espelham, uma vez mais, a incapacidade do Executivo em concretizar as promessas assumidas perante os munícipes. Os compromissos assumidos em orçamentos anteriores permanecem incumpridos, e os planos apresentados continuam a*

revelar uma visão fragmentada, vaga e desarticulada do que deveria ser o futuro sustentável e próspero do nosso Município. O princípio basilar de responsabilidade e seriedade no cumprimento da palavra dada foi, assim, claramente ignorado. -----

Perante este cenário preocupante, os membros eleitos do PSD votam contra os Documentos Previsionais apresentados. A responsabilidade pelos impactos negativos decorrentes da aplicação deste documento, tanto a nível legal como no desenvolvimento do Município e na qualidade de vida dos cidadãos, será inteiramente atribuída à Sr.ª Presidente Helena Lapa e a todos os que votarem favoravelmente. -----

A governação de um Município exige compromisso, responsabilidade e uma gestão orientada para o bem comum. Lamentavelmente, estas virtudes têm estado ausentes ao longo deste mandato, o que justifica, sem margem para dúvidas, a nossa posição de voto contra". -----

Declaração de voto contra apresentada pela Presidente de Junta de Freguesia de Torre do Pinhão: "A Junta de Freguesia de Torre do Pinhão manifesta, através desta declaração, o seu voto contrário à aprovação do orçamento municipal para o próximo exercício, em oposto ao que aconteceu nos anos anteriores. Esta posição justifica-se pela ausência de contemplação das necessidades e pedidos reiteradamente apresentados pela nossa freguesia ao longo do processo de elaboração do documento. -----

Apesar de termos submetido propostas, que refletem as prioridades e aspirações dos habitantes da Freguesia de Torre do Pinhão, lamentamos que estas tenham sido ignoradas, nomeadamente, melhorias nas infraestruturas locais, pavimentação da estrada municipal nº 1237 (que já não é pavimentada há aproximadamente 30 anos), calcetamento dos passeios da dita estrada, pavimentação do Largo da Sra. Da Paz, em Pinhão Cel, requalificação das casas de banho das antigas escolas primárias da nossa Freguesia. -----

Na realidade, a única obra prevista neste orçamento, no Largo Central, em Pinhão Cel, já foi executada durante este ano. -----

Consideramos estes investimentos indispensáveis para assegurar um desenvolvimento equilibrado e para colmatar desigualdades que prejudicam a nossa comunidade. -----

Votamos contra o orçamento municipal apresentado, porque consideramos que o processo de discussão foi ineficaz e desrespeitoso, considerando aquilo que foram as conclusões da reunião ocorrida na sede da Junta de Freguesia de Torre do Pinhão, no passado dia 8 de novembro. As nossas aspirações e preocupações não foram ouvidas, tornando o encontro meramente simbólico, para "a fotografia", sem qualquer verdadeiro propósito de cooperação. -----

Com esta atitude, por parte deste Executivo, que mais parece indiciar uma pretensão em avançar, de forma pioneira, com um processo de regionalização dentro do próprio Concelho, colocando a Freguesia de Torre do Pinhão numa posição de "cobaia", estão a ser lesados, de forma inquestionável e inaceitável, os interesses dos cidadãos da mesma. -----

*Relembramos que o Concelho de Sabrosa é constituído por 12 freguesias, sendo fundamental que todas sejam tratadas com igualdade, sem discriminações que possam comprometer o equilíbrio e o desenvolvimento do nosso Concelho como um todo. -----*

*Adicionalmente, a ausência de diálogo construtivo entre a Câmara e esta Junta de Freguesia demonstra uma falta de compromisso com a equidade e com a proximidade às populações, princípios que deveriam nortear a gestão pública. -----*

*Reafirmamos a nossa disponibilidade para o diálogo e para a construção de soluções que beneficiem todo o município, mas não podemos compactuar com um orçamento que desconsidera as legítimas necessidades da nossa freguesia e perpetua o desequilíbrio na distribuição dos recursos municipais. -----*

*Por estas razões, declaramos o nosso voto contra". -----*

**---- Dois ponto sete: Presente informação n.º 11959/24 da UOF AFP datada de 11 (onze) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto: Proposta para definição da Taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), a aplicar no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor:**

*"Aprovado, por unanimidade, fixar a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) a vigorar em 2025 (dois mil e vinte e cinco), em 0,30%, para prédios urbanos, para cumprimento do artigo 112.º do Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação; a elevação ao triplo a taxa de IMI, por referência a 2024 (dois mil e vinte e quatro); nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, de acordo com o estabelecido no n.º 3, do artigo 112.º, do CIMI; a majoração de 30% da taxa a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; fixar a redução da taxa de IMI a vigorar no ano 2025 (dois mil e vinte e cinco), a aplicar ao prédio urbano destinado a habitação permanente, de acordo com o número de dependentes do agregado familiar; extensão do período de isenção de IMI de 3 (três) para 5 (cinco) anos, a prédios urbanos cujo valor patrimonial não exceda €125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros), nos termos previstos no n.º 5, do artigo 46.º do EBF. Submetendo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação". -----*

*Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----*

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de fixar a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis a vigorar em 2025 (dois mil e vinte e cinco), em 0,30%, para prédios urbanos, para cumprimento do artigo 112.º do Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação; a elevação ao triplo a taxa de IMI, por referência a 2024 (dois mil e vinte e quatro), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, de acordo com o estabelecido no n.º 3, do artigo 112.º, do CIMI; a majoração de 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais



os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram a sua satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; fixar a redução da taxa de IMI a vigorar no ano 2025 (dois mil e vinte e cinco), a aplicar ao prédio urbano destinado a habitação permanente, de acordo com o número de dependentes do agregado familiar; extensão do período de isenção de IMI de 3 (três) para 5 (cinco) anos, a prédios urbanos cujo valor patrimonial não exceda €125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros), nos termos previstos no n.º 5, do artigo 46.º do EBF. -----

----- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 12338/24 da UOF AFP datada de 19 (dezanove) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Lista de adjudicações plurianuais, em cumprimento da deliberação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 27 (vinte e sete) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três) – 1 (um) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) a 15 (quinze) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto nove: Presente informação n.º 12555/24 da UOF AFP datada de 25 (vinte e cinco) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Quarta alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a quarta alteração ao Mapa de Pessoal 2024 (dois mil e vinte e quatro), submetendo à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** Aprovada por maioria, a quarta alteração ao Mapa de Pessoal 2024 (dois mil e vinte e quatro), de acordo com a alínea o), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, com 5 (cinco) abstenções dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa e João Borges, -----

----- **Dois ponto dez: Presente informação n.º 12540/24 da UOF AFP datada de 25 (vinte e cinco) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Quarta alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a quarta alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2024 (dois mil e vinte e quatro), submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com o artigo n.º 30, do Anexo I, da Lei n.º 35/2024, de 20 de junho, na sua atual redação”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

**Deliberação:** Aprovada por maioria, a quarta alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2024 (dois mil e vinte e quatro), com 5 (cinco) abstenções dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa e João Borges. -----

----- **Dois ponto onze: Presente informação n.º 12417/24 da UOF AFP datada de 20 (vinte) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Abertura de procedimento para concessão de exploração da Escola Primária de São Cristóvão do Douro, com a finalidade de apoio à atividade turística, recreio e lazer. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a abertura do procedimento de concessão da Escola Primária de São Cristóvão do Douro, prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 474, da freguesia de Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro e descrito na Conservatória do Registo Predial de Sabrosa sob o n.º100, com a finalidade de apoio à atividade turística, recreio e lazer, pelo valor base mensal de €200,00 (duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo período de 30 (trinta) anos, de acordo com a informação técnica, submetendo-se à Assembleia Municipal para autorização, de acordo com a alínea ccc), do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. Mais foi deliberado nomear o seguinte júri do procedimento: Presidente: Hugo Marcelo do Val Parafita, Chefe de Serviços da Unidade Orgânica Flexível de Gestão, Contabilidade e Contratação e como demais efetivos: 1.º Vogal: Ana Maria Pinto Soares Estêves Freitas, Técnica Superior e 2.º Vogal: Fábio Diogo Dias Mourão, Chefe de Serviços da Unidade Flexível de Turismo e Empreendedorismo; como suplentes: 1.º suplente: Gonçalo Pedro de Araújo Cruz, Assistente Técnico e 2.º suplente: Sílvia Maria Machado Gonçalves, Assistente Técnico e para gestor do contrato Fábio Diogo Dias Mourão".* -----

A Presidente da Assembleia Municipal propõe um aditamento ao caderno de encargos da abertura deste procedimento da concessão de exploração, para que seja expressamente fixada a cominação de reversão do imóvel em caso de encerramento do empreendimento por período superior a 6 (seis) meses. Esclareceu que este aditamento pode ser feito, no caso de ser aprovado por esta Assembleia, sem necessidade de nova apresentação a reunião de executivo municipal, de acordo com a previsão constante na alínea p), do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, referente às competências da Assembleia Municipal. Para confirmação do que referiu, a Presidente da Assembleia Municipal solicitou o parecer do Consultor Jurídico, Dr. Filipe Correia sobre esta matéria. -----

Tomou a palavra o Consultor Jurídico, que após cumprimentar os presentes referiu que a interpretação da Presidente da Assembleia Municipal é correta, devendo esse aditamento ser introduzido numa das cláusulas próprias do caderno de encargos. -----

Colocado este assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Luís Almeida e Suzanne Peixoto. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Almeida apresentado a seguinte intervenção: “É opção de o município concessionar o espaço da escola de São Cristóvão do Douro, para exploração privada para atividades de turismo. -----

É uma concessão a 30 Anos, com possibilidade de renovação anual. Então esta concessão irá até 2055, com possibilidade de se prolongar. -----

Da análise a documentação submetida, questionar o executivo, no ponto 19.2 do caderno de encargos (CE), o que entendem por, nas obrigações do concessionário “manter o bom nível dos serviços disponibilizados”? Ora, parece-me um sentido um pouco lato, isto de manter o bom nível. -----

Se não for alterado, pode, facilmente o concessionário ultrapassar esta dita obrigação, e assim, no caso de as coisas correrem menos bem, o espaço estar fechado por tempo indeterminado. - Sugiro a alteração para “obrigado a manter a atividade em pleno, durante o período de vigência do contrato”. -----

Depois, no ponto 19.3 a) refere, o mesmo CE, que fica obrigado o concessionário a obras no valor mínimo de 750.000€. Parece-me uma boa obrigação, que vai garantir a recuperação e valorização do imóvel, mas questiona-se como se calculou este valor, como foi ele determinado? Pediu ou fez algum levantamento técnico das necessidades de intervenção no imóvel, ou foi por sugestão de alguém, talvez algum potencial interessado? -----

Pois parece que até já deve haver projeto feito, pois quem ganhar esta concessão, terá que fazer ainda um restaurante, sala de conferências, um miniauditório, piscina e demais infraestruturas! - Estaremos nós aqui a presenciar uma proposta de aprovação do tipo “que assenta que nem uma luva” a alguém? Será que a concessão já está entregue mesmo antes de abrir? -----

Caras e caros membros da AM, esta é a opção deste executivo, concessionar o imóvel a terceiros. -----

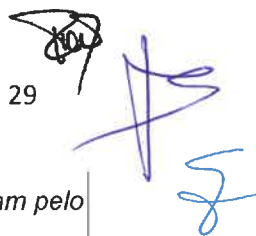
Podia ter seguido outro caminho, podia escolher reabilitar o espaço, pela sua própria mão, transformando-o num espaço de utilidade pública, pronto a servir a comunidade da freguesia e do concelho. -----

Com a ajuda dos diversos fundos comunitários para a realização das obras, ter a criatividade para criar um espaço que servisse a comunidade na área social, ou na área cultural, quiçá até torna-lo num espaço de serviço público municipal. Existem espaços atualmente que são um bom exemplo disso mesmo. -----

De certo que este é um espaço importante na memória de muitos dos fregueses de São Cristóvão do Douro e arredores, que frequentaram aquela escola, e por isso podia o município pensar um projeto mais afetoso para recuperar este espaço, respeitando essa mesma memória. -----

Podia ter optado por assumir as rédeas, podia ter envolvido toda a população, no pensamento do que fazer daquele espaço. -----

Podia ter procurado junto dos membros deste órgão ideias ou proposta para a respetiva recuperação do espaço. -----



*Podia ter optado por outro caminho, mas uma vez mais, como já nos habituaram, optaram pelo caminho mais fácil, entregar a terceiros, como já o fez em tantos outros projetos, serviços e atividades municipais". -----*

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o montante de €750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) foi definido com base na estratégia para o espaço e calculado através dos metros quadrados previstos num estudo feito pelos serviços municipais. Relativamente ao referido, que se poderiam ter envolvido outros agentes da comunidade, esclareceu que foram envolvidos a Associação Cultural e Recreativa de São Cristóvão do Douro, bem como a Junta de Freguesia. -----

Finalizou dizendo que existe ainda em São Cristóvão do Douro um outro edifício com utilidade pública, que era a sede da antiga Junta de Freguesia, local que é usualmente utilizado, durante as eleições, como sede da mesa de assembleia de voto e para o qual já está prevista a sua requalificação, em prol da comunidade. -----

De seguida, tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, questionando se não haverá interesse em que este imóvel continue no domínio do Município ou até mesmo se a Junta de Freguesia, não vê benefício na utilização deste espaço para um Centro de Dia ou um espaço de lazer e atividades destinado à população. -----

Continuou dizendo ainda que a forma como o contrato está elaborado sem retorno a curto prazo, bem como a cedência do espaço por trinta anos, de forma gratuita, gerando lucros para uma entidade privada, parece-lhe ser mais um negócio ruinoso. Comparando com o que aconteceu com a Escola de Celeirós do Douro, que continua sem avançar, embora tenha um placa com a indicação "Aqui estamos a construir o futuro", pelo que questionou até quando continuará assim, sendo que o Município poderia ter optado pela elaboração e concretização de projeto que proporciona-se aos idosos daquela freguesia ou de freguesias vizinhas condições mais acolhedoras e um espaço mais atrativo, em conjunto com a Associação Centro de Dia de Celeirós do Douro e em prol das pessoas. -----

Afirmou ainda que este Município privilegia o interesse privado, muitas vezes em detrimento do interesse público e relativamente à apresentação da proposta em carta fechada, não lhe parece ser uma forma transparente de concurso. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que referiu que a Deputada Suzanne Peixoto desconhece o regime de funcionamento dos Centros de Dia que envolve, entre outros, a necessidade de ser feito um acordo de cooperação com Instituto da Segurança Social, que é muito difícil, quer pela dimensão populacional, quer por outras questões. -----

Relativamente à Escola de Celeirós do Douro, afirmou concordar com a Deputada na questão em que o edifício da escola poderia ter sido aproveitado para outras finalidades, contudo, e apesar dos vários atrasos verificados no funcionamento da unidade de turismo que para lá está projetada pelo concessionário, informou que o projeto de arquitetura já foi aprovado e o de



especialidades já deu entrada nos serviços municipais. Quanto à placa, disse nada ter a ver com a Escola, mas sim com a Regeneração Urbana que a aldeia de Celeirós do Douro sofreu. -----

**Deliberação:** Aprovada por maioria, autorizar a Câmara Municipal de Sabrosa a celebrar o contrato de concessão de exploração da Escola Primária de São Cristóvão do Douro, bem como fixar as condições gerais, nos termos da informação técnica, tudo de acordo com a alínea p), do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, fixando, no entanto, a obrigatoriedade de, nessas condições, ficar expressamente previsto no Caderno de Encargos, a cominação de reversão do imóvel para o Município em caso de encerramento do empreendimento por mais de 6 (seis) meses, com 6 (seis) votos contra dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, João Borges e Luís Almeida e 4 (quatro) abstenções dos Deputados José Mota, Sérgio Freitas, António Morgado e o Presidente de Junta de Freguesia de Gouvinhas, Eduardo Correia. Foi apresentada declaração de voto contra pelo Deputado Luís Almeida, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve. Declaração de voto contra apresentada pelo Deputado Luís Almeida: *"Pelas razões já descritas na minha intervenção, alicerçadas na manifesta falta de informação de elementos fundamentais a tomada de decisão, pelo ónus de 30 anos que prevê a aprovação deste projeto, pelas incongruências do caderno de encargos e essencialmente por acreditar que outros tipos de projetos se podiam aplicar ao respetivo imóvel, geradores de uma mais valia e bem estar para os nossos municípios, por todas estas razões, voto contra".* -----

----- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 10156/24 da UOF OSOT datada de 27 (vinte e sete) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Minuta de acordo de mutação dominal – EN 322, entre a Infraestruturas de Portugal S.A. e o Município de Sabrosa. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por unanimidade, a minuta do acordo de Mutação Dominial entre a Infraestruturas de Portugal S.A. e o Município de Sabrosa, no âmbito da integração dos traços de estrada da EN322, entre as coordenadas, 41.420, 178.548 e as coordenadas 44.882, 177,244, do sistema ETRS89, bem como do troço da antiga variante à EN322, entre as coordenadas 42.273,177.679 e as coordenadas 42.811, 177.243, do sistema ETRS89, na extensão total de 6.180 km, na rede viária do Município de Sabrosa, tendo como contrapartida o pagamento por parte das Infraestruturas de Portugal S.A ao Município de Sabrosa, o valor de €509.388,00 (quinhentos e nove mil, trezentos e oitenta e oito euros), para realização de obras de reposição e conservação dos troços. Foi ainda deliberado autorizar a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa a outorgar o respetivo acordo. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal de Sabrosa para integração da área acima referida e determinada pelas coordenadas, no domínio público municipal, de acordo com a alínea ccc), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação".* -----

A Presidente da Câmara Municipal deu nota de que o troço da EN322 é entre o limite do concelho de Sabrosa, na ponte de Anta até ao entroncamento de Paços e o troço em São Martinho de Anta que vai desde a zona junto ao restaurante “O Constantino” até ao Espaço Miguel Torga. -- Colocado este assunto à discussão, solicitou a sua inscrição o Deputado Luís Almeida. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Almeida apresentando a seguinte intervenção: *“Em relação a este acordo de manutenção dominial entre a Infraestruturas de Portugal e o Município no âmbito da integração dos referidos troços da EN322, tem segundo a informação que nos foi disponibilizada, uma extensão de 6,180Km, com verba a receber pelo município o valor de 509.388,00€.* -----

*Parabenizar o executivo, pela verba conseguida que em média traduz-se em cerca de 82.425€ por Km para investimento na recuperação daqueles troços, o que me parece ser suficiente para corrigir os problemas existentes, e transformar toda aquela faixa em algo verdadeiramente seguro e confortável para os seus utilizadores;* -----

*Parabenizar também os técnicos do município, pela atenta correção ao levantamento feito pelo IP, que permitiu a reposição certa, da área em questão, resultando também por consequência dessa correção, na melhoria da comparticipação financeira em cerca de 23.732€.* -----

*Esta é uma boa oportunidade para transformar aquela área, em um espaço seguro, eficaz, mas também um espaço que permita além da dita eficácia de mobilidade, possa também transformá-la em uma zona onde a população possa usufruir da mesma, como por exemplo a colocação de uma via pedonal/ciclovía.* -----

*Apesar de agora ser um acesso “secundário” de entrada no território do nosso Concelho, deve-se aproveitar o financiamento para transformar estes troços em algo que atribua conforto, segurança e bem-estar a nossa comunidade, e a quem nos visita.* -----

*Colocar apenas uma questão, que me surgiu ao analisar a documentação remetida. Uma vez que, na minuta, é omissa a informação acerca dos prazos de execução dos mesmos trabalhos, questiono o município, qual é o tempo necessário para o início das obras, após a assinatura do respetivo acordo?”.* -----

Em resposta, a Presidente da Câmara Municipal disse que não há prazo para o início das obras e está a ser analisada tecnicamente a intervenção. -----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade, a integração no domínio público municipal dos troços de estrada da EN322, entre as coordenadas, 41.420, 178.548 e as coordenadas 44.882, 177.244, do sistema ETRS89, bem como do troço da antiga variante à EN322, entre as coordenadas 42.273,177.679 e as coordenadas 42.811, 177.243, do sistema ETRS89, na extensão total de 6.180 km, na rede viária do Município de Sabrosa, de acordo com a alínea q), do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- **Dois ponto treze: Presente informação n.º 11832/24 da UOF ESAS datada de 7 (sete) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Minuta de Acordo de Financiamento com a CIM Douro para a prestação de serviços de transporte público de

passageiros ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado por unanimidade a minuta do acordo acima mencionado, bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal o outorgar o respetivo acordo, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal"*. -----

Colocado este assunto à discussão, solicitou a sua inscrição o Deputado Luís Almeida. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Almeida apresentando a seguinte intervenção: *"Da reduzida documentação e informação que nos chegou é ainda possível perceber que a totalidade da verba será dividida em 2 partes"*. -----

*A primeira na rede transportes da área Municipal do Concelho (175.769,42€ para os 5 anos). E a segunda para as ligações intermunicipal e inter-regional (1.043.625,65€ para o mesmo período)*. -----

*Assim teria sido de total relevância inclui na documentação remetida aos membros da AM as rotas previstas, quer em termos municipal, mas também as rotas intermunicipais e inter-regionais a disponibilizar aos nossos munícipes, para assim, ajudar a uma compreensão mais correta e aprofundada do que estamos aqui a deliberar*. -----

*O que vamos garantir aos nossos munícipes, nas deslocações dentro do Concelho?* -----

*Quais as rotas previstas, os horários ou frequências de disponibilização do serviço?* -----

*De que forma será efetuado o pagamento, haverá algum passe mensal, passe social, haverá outros tipos de descontos de tarifas a considerar?* -----

*As infraestruturas físicas, nomeadamente os abrigos de passageiros estão em bom estado para garantir o conforto aos munícipes, ou terá que ser feitos novos abrigos em alguns locais e reabilitados outros? O município já procurou fazer este levantamento, ou ainda o vai fazer?* ----

*Está previsto um alargamento das rotas intermunicipais que vá ao acordo das necessidades atuais da nossa população? Ou vai se manter a atual situação?* -----

*Eu peço desculpa por tantas questões, mas a pouca informação que nos foi disponibilizada, devia ter sido reforçada, com a informação acerca das questões que acabei de elencar, pois estamos a falar de um valor elevado*. -----

*Deve haver rigor na gestão pública e na gestão dos dinheiros públicos, mas mais importante ainda é de certeza o acesso a um serviço que é muito importante para a nossa população, fundamental para aumentar a sua qualidade de vida e bem-estar*. -----

*Termino, solicitando ao executivo municipal, se teve a preocupação de efetuar um estudo de viabilidade económico-financeiro acerca da vantagem ou não deste investimento a realizar?* ----

*Se sim, devia-o ter disponibilizado aos membros desta assembleia, para ajudar a tomada de decisão. Se não, quer dizer, que os senhores vêm aqui, a este órgão, colocar a votação um pedido de financiamento de 1.219.395,07€ de uma forma banal e despreocupada"*. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que afirmou que, de facto, o montante é elevado, mas que neste procedimento estão contemplados os transportes escolares. -----

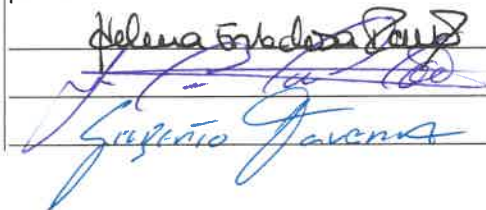
**Deliberação:** Aprovada por maioria, autorizar a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito da prestação de serviços de transporte público de passageiros, entre o Município de Sabrosa e a CIM Douro, bem como autorizar as despesas plurianuais previstas, de acordo com a alínea k), do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, com 6 (seis) abstenções dos Deputados Fernando Silva, Luís Baptista, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, João Borges e Luís Almeida. -----

----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

**- Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022.** -----

----- Pelas vinte e uma horas e vinte minutos deu-se por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente ata. -----



Handwritten signatures of Helena Embodiana and Gregório Jacinto.